

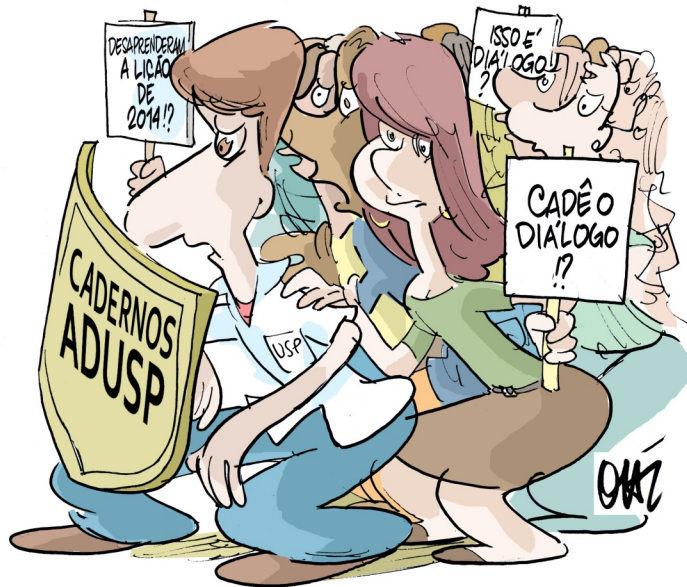
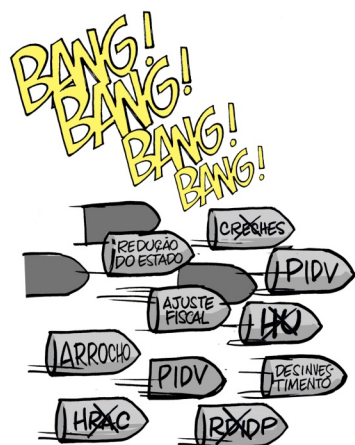
Vem chumbo grosso!

Em 23/2 teve início o primeiro semestre letivo de 2015. A julgar pela conjuntura política e econômica da sociedade e da universidade neste começo de aulas, parece sensato preparar-se não para chuvas regulares, mas para um período de chumbo grosso e total insensibilidade da dinastia que dirige a USP.

No plano interno, a Reitoria abriu o ano com a materialização do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que subtrai dos quadros da instituição, sem qualquer planejamento prévio, nada menos que 1.472 funcionários técnico-administrativos, o que determinou de imediato (ou simplesmente foi utilizado como pretensa justificativa para tanto?) a recusa da USP a receber em suas creches as crianças selecionadas no final de 2014 para nelas ingressar em 2015.

Quais outros setores da universidade sofrerão solução de continuidade em suas atividades? Já se sabe que o Hospital Universitário (HU) está vivendo um veloz desmantelamento, tanto em função do PIDV como de cortes imediatos de despesas, estando o atendimento dos pacientes à beira do colapso. As demais decorrências da adoção do PIDV carecem ainda de um levantamento a concluir, mas as inúmeras baixas havidas em vários setores da USP indicam que as feridas abertas não passarão despercebidas.

Mas há mais, muito mais! Encerrada a greve, em iniciativa sem precedentes, o reitor M.A. Zago, na condição de presidente da Comissão de Claros Docentes (CCD), negou à professora Sônia Kruppa, da Faculdade de Educação (FE), o ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



(RDIDP), cuja solicitação já havia tramitado e sido aprovada em todas as instâncias da unidade e da Reitoria, até mesmo na Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT)! A “justificativa” para tal abuso de poder é uma misteriosa deliberação que a CCD teria tomado em 13/11/14, quatro dias antes da decisão do reitor! Contudo, solicitada a prova da existência da deliberação da CCD pela FE e pela Adusp, tal documento ainda não veio a público, o que fere os princípios de racionalidade e razoabilidade que devem ser respeitados por toda e qualquer esfera da administração pública (<http://goo.gl/wKwpYn>).

Diante do silêncio acintoso da Reitoria frente aos justos reclamos da colega, da sua unidade e da Adusp, não houve alternativa a seguir: com nosso apoio buscou-se amparo judicial via mandado de segurança.

Poder centralizado. Não bastasse tal arbitrariedade, a solicitação encaminhada ao reitor pelos professores Ciro Correia e Denise Bacci, ambos do Instituto de Geociências (IGC) para que incluía na pauta do Conselho Universitário (Co) a petição para que seja o Co a decidir, em última instância,

no tocante aos recursos que ambos interpuseram contra decisões da CCAD nos respectivos processos de progressão horizontal — diante de todas as irregularidades apontadas nesses processos e da desconsideração da manifestação da Congregação do IGc em defesa da progressão dos interessados — retornaram à unidade, **após um ano**, para ciência dos colegas, sem qualquer manifestação do reitor, como resultado de novas manobras burocráticas da Secretaria Geral (SG), da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) e da Procuradoria Geral (PG).

Ou seja: adota-se a tática de tentar vencer pelo cansaço aqueles que não aceitam as distorções de procedimentos, “que antes se prestam a exercer domínio e controle sobre o corpo da universidade, do que a alcançar o alegado objetivo de critérios de mérito que balizem qualquer das etapas de progressão na carreira”, como assinala o professor Ciro Correia no “Termo de Ciência” que tornou público (vide p. 7).

Alguém poderá achar que as situações descritas nos parágrafos anteriores seriam casos menores, restritos apenas aos interesses de alguns colegas e desta ou daquela unidade. Na verdade, o que está

em jogo é o poder discricionário centralizado na Reitoria de interferir nos regimes de trabalho e na progressão na carreira. É essa mesma aversão à discussão pública e aberta, esse mesmo afã de esmagar as opiniões contrárias, que induzem o encaminhamento similar com o qual a burocracia da instituição ceifou iniciativa subscrita por 26 conselheiros para que o Co incluísse na pauta da sua reunião de 3/3 uma proposta de anulação da decisão, tomada por esse

colegiado em 26/8/14, de desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC). Assim como nos casos citados, a administração da USP, amparando-se em tosca alegação articulada no âmbito da PG e da CLR (<http://bit.ly/1Ex3s9T>), atropelou uma previsão estatutária inequívoca e feriu frontalmente o princípio da gestão democrática inscrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para esquivar-se de anular uma deliberação eivada de ilegalidades.

Cabe questionar: com tão substancial ataque da dinastia M.A. Zago-V. Agopyan ao ambiente acadêmico e aos procedimentos esperados em uma universidade pública, o que mais nos reservará o semestre que se inicia?

Front externo. As manchetes advindas do “front externo” não são mais alvissareiras do que o deprimente noticiário interno. Os legados do descaso e do distanciamento em relação aos pressupostos básicos de respeito à separação entre o público e o privado na estrutura de poder vigente na sociedade corroem a pressuposta democracia

continua na p. 2

Assembleia Geral da Adusp
5ª feira, 12/3, 17h, Anfiteatro da História
Campanha Salarial/HRAC, HU/Creches

34º Congresso do Andes-Sindicato Nacional

O 34º Congresso do Andes-SN terminou na madrugada de 1º/3, na capital federal, após seis dias de debates em grupos, em plenárias e a aprovação de uma série de resoluções que definem as prioridades e as políticas a serem traçadas pelo sindicato nacional da categoria ao longo deste ano.

A plenária de encerramento teve homenagens, moções aprovadas e a leitura da “Carta de Brasília”, documento que sintetiza os debates travados e as resoluções votadas pelos 339 delegados de 71 seções sindicais. Participaram ainda do congresso 62 observadores, 33 diretores nacionais do Andes-SN e 7 convidados, além de 14 jornalistas sindicais.

A “Carta de Brasília” foi lida pela secretária-geral do Andes-SN, professora Cláudia March. “Hoje, o 34º Congresso se realiza numa conjuntura em que os ajustes neoliberais continuam num outro patamar e se aprofundam no ataque a direitos dos trabalhadores como resposta à crise em curso. Isso exige dos trabalhadores ações políticas à altura”, diz o trecho ini-

cial do documento, que percorre o conjunto das resoluções aprovadas ao longo dos seis dias de debates.

Como parte do processo de “fortalecimento e enraizamento” da CSP-Conlutas, defendido na “Carta de Brasília”, o congresso aprovou a realização do 6º Conad extraordinário, “que tem como tema “Contribuições do Andes-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas e o estímulo às seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a central”, para serem levados ao Conselho Nacional das seções sindicais.

A “Carta de Brasília” também destaca o posicionamento inédito da categoria, aprovado sem votos contra e com algumas abstenções, a favor da defesa da descriminalização do aborto, da descriminalização das drogas e “contra a criminalização e extermínio da população pobre e negra, presente em políticas governamentais que buscam legitimar-se pelo uso do discurso do combate às drogas e ao tráfico”.

Ebserh. A luta contra a privatização dos hospitais universi-

tários, via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), e da saúde em geral é reafirmada pelos docentes, assim como a urgência de defender a educação pública. “O enfrentamento da crescente mercantilização expressa no PNE de 2014 a 2024 e nas medidas complementares editadas, com destaque para a resignificação do caráter público da educação, demanda a construção e consolidação da unidade nas lutas dos comitês estaduais em defesa da escola pública e a realização de seminários preparatórios do 2º Encontro Nacional de Educação”, diz a “Carta de Brasília”.

Dentre os desafios colocados, estão a “defesa do caráter público da educação, do projeto de carreira única do Andes-SN para o magistério federal, de condições de trabalho, salário e a luta contra a reforma da Previdência”, tendo como objetivos lutar pela revogação da emenda constitucional aprovada em 2003 e do fundo de pensão (Funpresp), além da derubada das medidas provisórias 664 e 665, que atacam direitos tra-

balhistas e previdenciários.

A carta também aponta como tarefa para os professores das instituições federais de ensino debater a construção da possível greve em assembleias convocadas pelas seções sindicais, cujos posicionamentos devem ser levados à reunião nacional marcada para os dias 28 e 29/3.

“Como questões de destaque neste congresso eu colocaria o uso de uma nova metodologia de remessa dos TR [Textos Resolução] para as plenárias e a discussão de conjuntura junto com a discussão de centralidade da luta. Apesar de alguns problemas, considero que foi válida a tentativa de agilizar o andamento do congresso”, declarou o professor Andres Vercik (FZEA), membro da delegação da Adusp. “Os problemas estiveram mais relacionados com a interpretação do regimento do 34º Congresso do que com a redação. Foi importante o posicionamento do Andes-SN sobre descriminalização do aborto, apoio a algumas iniciativas do MTST e ações de enfrentamento à Ebserh no nível federal e estadual”.

continuação da capa

consolidada no país, em função do quanto é o poder econômico (e não o dos cidadãos) que determina sua estrutura política, que prossegue mais do que nunca conservadora, repleta de projetos e programas apenas paliativos. Afloram a cada dia as inconsistências da situação econômica e política, que agridem os direitos sociais como educação, saúde, transporte, segurança e outros. Um exemplo a confirmar tal diagnóstico: a audiência pública sobre o Plano Estadual da Educação (PEE), realizada pela Assembleia Legislativa (Alesp) em 26/2, evidenciou a estratégia do Palácio dos Bandeirantes de bloquear qualquer construção coletiva do PEE e ignorar o projeto elaborado pela sociedade civil (inclusive a Adusp) em 2003 — e que ainda hoje tramita na Alesp. Isso explica a ausência do secretário estadual da Educação na audiência, comprovando, na mesma medida, o acerto da decisão da Adusp de retirar-se do Fórum Estadual da Educação (ver p. 6).

Nesse quadro, para os problemas de sempre, as respostas de praxe: redução do papel do Estado, ajuste fiscal, estrangulamento do investimento público no setor púb-

blico! É nesse diapasão que o governo estadual tenta extinguir duas importantes fundações públicas, Fundap e Cepam, bem como, em interessante sintonia com iniciativas federais, acaba de editar os decretos 61.131 e 61.132, ambos de 25/2/2015 (<http://goo.gl/yhe5kj> e <http://goo.gl/zZSOjm>), os quais determinam um sem-número de medidas para conter “despesas” nas diferentes esferas da administração, uma das quais veda reajustes salariais.

Pode parecer auspicioso o fato de tais dispositivos conterem artigos específicos, estabelecendo que seus efeitos não atingem as universidades. Contudo, não seria prudente considerar que, uma vez que os mais diversos setores de atuação da administração estadual terão verbas e atividades reduzidas, as universidades correm idêntico risco? Por outro lado, na USP o início do desmanche e dos cortes precedeu toda e qualquer medida afeta ao executivo estadual. Os representantes do governador na Reitoria anteciparam-se a ele, poupando-o de maiores aborrecimentos.

“Pólvora fina”. Tal é o cenário no qual deverá ocorrer, em

7/4, a terceira reunião do Co a pautar o debate da “democratização” da USP.

O Conselho de Representantes, a Comissão Permanente de Mobilização e a Diretoria da Adusp continuam trabalhando intensamente, desde o final de 2014, para editar e produzir diversas contribuições sobre as questões em jogo. Em especial, de imediato, serão lançadas duas publicações: uma que trata da análise das questões que estiveram em pauta e determinaram o transcorrer da bem sucedida greve de 2014; outra que consolida as propostas da entidade para os debates em curso na USP e no Co sobre a democratização.

A ideia é fornecer “pólvora de qualidade” para a necessária contraposição ao chumbo grosso com o qual pretendem fazer abater na USP os ideais que reclamam por uma universidade na qual o poder não seja exercido por um punhado de oligarcas, onde chicanas burocráticas e pareceres sob encomenda não sejam capazes de retirar de pauta questões acadêmicas fundamentais e onde sejam, de fato, os interesses públicos que preponderem na definição de suas ações.

Não temos dúvida de que é esse

tipo de embate que determinará o horizonte futuro da universidade: se a prevalência da precarização das relações de trabalho, por meio da sua institucionalização, e da contínua desconstrução do exercício integrado e equilibrado entre ensino, pesquisa e extensão, nos moldes de uma variante neocolonial da “Universidade Operacional”; ou se a reversão dessas tendências, mediante a resistência e reafirmação do projeto de Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada (veja em <http://bit.ly/1w6YJdG>).

A eventual vitória do projeto capitaneado por M.A. Zago e V. Agopyan não apenas inviabilizaria, na instituição, avanços rumo a uma sociedade mais justa, diversificada, socialmente rica e saudável, como poderia minar a dignidade pessoal daqueles que compõem o corpo da universidade e recriam, a cada dia, o patrimônio intelectual e simbólico representado pela USP. Seria uma tragédia anunciada, como já vimos ocorrer em outros ramos do serviço público quando acoçados e destruídos por interesses privados e medíocres visões de mundo.

Permitiremos que isso aconteça?

Chamada aos docentes para verificação dos que têm direito na ação da URV

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 395, de 15/12/2014, o **Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu que a ação judicial vencida pela Adusp**, a qual pleiteia a incorporação de 6,49% aos salários de todos os docentes, relativos à conversão dos salários em URV em 1994, juntamente com o pagamento corrigido dos atrasados dos cinco anos que antecedem o ajuizamento da ação, **alcançará apenas os associados da Adusp à época do ajuizamento da ação em janeiro de 2013 e que eram docentes em 28 de Fevereiro de 1994, quando da implementação da URV.**

Ou seja, lamentavelmente o TJ-SP excluiu o direito aos docentes que ingressaram no serviço público estadual após março de 1994. O que impele a Adusp a recorrer aos

tribunais superiores, para que entendam a decisão a todos os docentes prejudicados pela conversão em URV, sem exceção.

Contudo, embora o recurso ainda vá tramitar nos tribunais superiores, em relação àqueles em que o direito se encontra reconhecido, **é agora o momento para corrigir eventuais erros materiais na listagem dos filiados à Adusp que acompanhou o ajuizamento da petição inicial em janeiro de 2013.**

De modo complementar, **todos que eram filiados em janeiro de 2013 e que tenham se associados à Adusp após 28/02/1994** precisam informar se já eram docentes da USP em 28/02/1994, uma vez que essa informação é restrita à administração da universidade. Dúvidas a respeito podem

ser esclarecidas junto à secretaria da Adusp.

Assim, solicitamos à todos que eram docentes em 28/02/1994 e filiados da Adusp em janeiro de 2013, que confirmem se seus nomes se encontram na lista disponível na página da entidade na internet (www.adusp.org.br).

O presente edital visa convocar a todos que cumprem esses requisitos para verificar se seus nomes se encontram na listagem. **Caso constate a existência de eventual erro, entre com urgência em contato com a Adusp (secretaria@adusp.org.br ou, das 8h às 12h/13h às 18h, pelos telefones 3091-4465 e 3091-4466)** para permitir esclarecer os motivos da omissão e corrigir eventuais erros da lista.

Pedimos também que todos que eram filiados em janeiro de 2013 e que tenham ingressado na USP após 28/02/1994, que informem a entidade a respeito.

Reiterando:

Para que seu nome conste da lista dos beneficiários da ação da URV verifique se o(a) colega atende as seguintes condições: era docente da USP em 28 de fevereiro de 1994 e filiado à Adusp em janeiro de 2013.

Confira a lista dos filiados em janeiro de 2013 na página da Adusp (www.adusp.org.br) e contate a Secretaria caso atenda esses quesitos e seu nome ali não esteja listado ou caso lá se encontre mas tenha ingressado na USP após 28/02/1994.

Concedida liminar ao MP em ADI sobre Previdência Complementar

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado (MPE-SP) contra determinados aspectos, tidos por inconstitucionais, da Lei 14.653/2011, que instituiu o regime de previdência complementar no Estado de São Paulo.

O MPE-SP pretende, por meio da ADI, que seja declarada a inconstitucionalidade das expressões “(...) aplica-se aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da data da publicação desta lei (...)” do § 1º do artigo 1º e “(...) de que trata o § 1º do artigo 1º desta lei (...)” do artigo 3º da Lei 14.653/2011, e, ainda, reconhecida a inaplicabilidade de ambos os dispositivos impugnados nas seguintes situações: a) aos agentes públicos que ingressarem no serviço público estadual oriundos de outras uni-

dades federadas sem solução de continuidade; e b) àqueles que ingressaram no serviço público estadual até a oferta efetiva dos planos de benefícios previdenciários complementares, e não de sua mera aprovação pelos órgãos competentes.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ-SP) acatou o pedido do MPE-SP de suspensão liminar da eficácia dos dispositivos legais impugnados. É importante ressaltar que, por tratar-se de decisão antecipatória, ela pode vir a ser confirmada ou não em decisão final.

Oito meses... Na prática, a decisão provisória do TJ-SP significa que a data a partir da qual devem ser aplicadas as regras da previdência comple-

mentar é aquela da oferta efetiva dos planos de benefícios, ou seja: no tocante à USP, é quando se deu a aprovação do convênio de adesão entre o Estado de São Paulo, abrangendo as universidades paulistas, e a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SPPREVCom), adesão esta ocorrida em 2/10/2013.

Tal data sucede em mais de oito meses aquela que vem sendo tomada como referencial pela Universidade, que considera 21/1/2013 a data a partir da qual as novas regras previdenciárias seriam aplicáveis, oportunidade na qual aprovou-se o regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares PREVCom RG e PREVCom RP, administrado pela SPPREVcom.

A fim de esclarecer como a USP pretende atender à determinação judicial em referência, a Adusp oficiou à Reitoria em 27/2/15 (<http://goo.gl/FEmKzS>), para que se manifeste no prazo máximo de dez dias, diante da urgência que as eventuais consequências previdenciárias danosas aos docentes beneficiados pela decisão exigem.

Requereram o ingresso nessa ADI, na qualidade de *amicus curiae*, com pedidos já deferidos, a Associação Paulista do Ministério Público, a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apesp), a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), a Associação dos Procuradores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Apalesp) e a Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep).

Prefeito do campus do Butantã visita a sede da Adusp

Em continuidade aos contatos ocorridos em 2014, a Adusp convidou o prefeito do campus do Butantã, professor Arlindo Philippi Junior, a visitar a sede da entidade, na Avenida Almeida Prado 1.366. Ele atendeu ao convite em 23/2/15, quando visitou a Adusp em companhia do engenheiro José Eduardo de Sá Sonnewend, assistente técnico de

inspeção e atendimento emergenciais da Prefeitura do campus.

Na ocasião, além de conhecer as instalações da sede atual, que ocupa espaço cedido pela Prefeitura na gestão anterior, o prefeito tratou com o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, de questões pautadas nas reuniões anteriores, como as relativas à segurança e à rea-

lização de eventos no campus e as solicitações da Adusp de colocação do respectivo totem de sinalização em frente à sede da entidade.

Tratou-se ainda de problemas surgidos mais recentemente, como as preocupações endereçadas à Adusp, não só por docentes, quanto aos problemas de trânsito, em especial na Por-

taria 3; o modo como se deu a implementação de faixas exclusivas de ônibus e de ciclovias internas ao campus; e os problemas das creches que não estão recebendo as crianças selecionadas em 2014 para nelas ingressarem em 2015.

Leia mais sobre a reunião entre os professores Philippi Junior e Ciro Correia em <http://goo.gl/MdY2iH>.

Calourada da FMUSP realizou simpósio sobre democracia, ética e corpo, contra as opressões

A recepção aos calouros de 2015 na USP não poderia limitar-se a repetir a de anos anteriores, uma vez que em 2014 a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar violações de direitos humanos nas universidades paulistas, principalmente na Faculdade de Medicina (FMUSP), em razão de denúncias de trotes violentos e de abusos sexuais.

Em resposta às denúncias e à investigação, uma parceria foi firmada entre a FMUSP, a Faculdade de Saúde Pública (FSPUSP), a Prefeitura do Campus da Capital, a Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária da USP, a Comissão de Direitos Humanos da Alesp, a Adusp e o Coletivo Feminista Geni da FMUSP para dar aos calouros uma recepção adequada. Juntamente com o Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da FFLCH, foi realizado em 24/2, no teatro da FMUSP, o simpósio “Democracia Universitária, Ética e Corpo: Não é opressão, nenhuma vida vale menos!”

O simpósio contou com a participação de José Otávio Costa Auler Júnior, diretor da FMUSP; Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, vice-diretor; Edmund Chada Baracat, presidente da Comissão de Graduação da FMUSP; Francisco Miraglia, representando a Adusp; Zilda Iokoi, pelo Diversitas; Jupiara Castro, fundadora do Núcleo de Consciência Negra; Heloísa Buarque de Almeida, do USP Diversidades, além de outros professores e estudantes. Foram realizadas três mesas redondas: “Ações contra a Opressão”, “Desocultando opressões” e “Ações que superem o ciclo da violência”.

“A mensagem principal que a Adusp levou foi que luta e lutará contra qualquer forma de opressão, violência ou tentativa de subalternização de pessoas, seja pelo poder institucional, seja por aparatos semi-institucionais ou privados, até a sua erradicação da vida social brasileira”, declarou o professor Miraglia sobre sua participação no simpósio.

Relatório da CPI. Quanto à CPI, que aprovou um relatório parci-



Daniel Garcia

al de suas atividades em 26/2, deverá apresentar a versão final em 10/3, quando serão encerradas os trabalhos. O objetivo do relatório é fornecer provas para o Ministério Público Estadual tomar as medidas legais cabíveis contra aqueles que violaram os direitos humanos no âmbito das universidades estaduais paulistas.

Nesses quase três meses de investigação, a CPI colheu depoimentos de vítimas de violência sexual, racismo, homofobia, além de ter escutado estudantes submetidos a situações vexatórias por estarem na situação de calouros. Outro ponto de investigação foi como as relações de poder estabelecidas com base em práticas opressivas beneficiam profissional e academicamente quem as pratica.

Segundo Leon Lobo Garcia, psiquiatra e ex-aluno da FMUSP, presente à audiência de 27/1, subme-

ter-se às humilhações beneficia aqueles que escolhem as carreiras mais concorridas dentro da Medicina, como cirurgia e ortopedia.

Associações atléticas, centros acadêmicos e baterias existentes em diversas instituições de ensino superior foram convocados pela CPI, além de representantes oficiais das próprias instituições. O reitor M.A. Zago esteve presente na audiência pública de 21/1. No caso da FMUSP, além da atlética (AAA-OC) e do CAOC, o “Show Medicina” também foi foco das investigações, uma vez que houve denúncias sobre o teor homofóbico de suas apresentações, assim como sobre práticas abusivas na seleção dos interessados em participar do espetáculo. Também foram relatadas práticas machistas em relação à separação das atividades destinadas aos homens e às mulheres: a

estas é permitida apenas a costura dos figurinos que os “estrelas” usam no espetáculo.

As primeiras denúncias recolhidas pela Comissão de Direitos Humanos da Alesp, que precederam e deram origem à instauração da CPI, revelavam o descaso da diretoria da FMUSP e das entidades estudantis quanto aos casos levados ao conhecimento da instituição. As vítimas afirmavam que havia uma preocupação maior com a imagem da instituição, que preferia silenciar os

casos a tomar as medidas cabíveis, fortalecendo a cultura de culpabilização das vítimas.

Diante da grande repercussão e visibilidade das denúncias, em dezembro o diretor Auler Júnior pronunciou-se, como relatado pelo *Informativo Adusp* 394: “A determinação é de apurar todos os casos de abusos que venham a ser relatados. É meu compromisso priorizar o enfrentamento de casos de intolerância dentro da Faculdade de Medicina da USP”. Na mesma época, a Reitoria anunciou a criação de uma nova Comissão de Direitos Humanos. Em discurso oficial dirigido aos calouros em 3/3, afirma que “tradições ultrapassadas como trote e humilhação dos calouros, ou desrespeito à diversidade de gênero e identidade, não fazem parte da vida de uma universidade moderna”.

Estudantes ocupam Incubadora da EACH

Os estudantes da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) decidiram em assembleia geral ocupar o espaço da Habits Incubadora Tecnológica e Social da USP Leste, mantida pela Agência USP de Inovação, em 25/2, uma vez que o espaço destinado à vivência estudantil, o Anfiteatro 1, no edifício do Ciclo Básico, foi interdito em 27/1 sem aviso prévio. Em nota, os estudantes lembram que desde 2012 tentam obter da diretoria da EACH um local adequado às atividades estudantis.

A questão do espaço estudantil foi incluída na pauta da última reunião da Congregação da EACH, em 20/2, a pedido do representante discente, quando ficou estabelecido que o Conselho Técnico Administrativo (CTA) trataria da questão. Em 2/3 foi realizada reunião de trabalho com as diretoras, assistentes, engenheiro e 13 estudantes, na qual “foram levantadas possibilidades de soluções a curto, médio e longo prazo”, segundo comunicado da diretoria da EACH. As propostas discutidas na reunião foram le-

vadas ao CTA em 4/3, e todos os que se manifestaram sobre o caso reconheceram sua urgência.

Ainda no comunicado oficial, a diretoria da EACH afirma: “Nossa posição é pautada pelo diálogo e comprometida com a atenção às demandas das categorias que compõem nossa escola. Trabalhamos para que elas sejam atendidas dentro do possível em uma escola que cresce em suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e não cresce na disponibilidade de espaço para o pleno exercício dessas atividades”.

Reitoria corta 141 vagas nas creches, sob a alegação de que PIDV desfalcou o setor

A Superintendência de Assistência Social (SAS), órgão da Reitoria, cortou 141 vagas nas creches da USP, impedindo assim o ingresso das crianças selecionadas em 2014. A SAS alega que o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) desfalcou o serviço. Foram 19 os funcionários das creches que aderiram ao PIDV, o que segundo a SAS e a Reitoria inviabiliza a abertura de vagas, principalmente no berçário, onde trabalhava o maior número desses funcionários. Em resposta ao corte de vagas e à recusa da Reitoria em dialogar, pais e mães organizaram protestos.

A USP conta com cinco creches, duas delas no *campus* Butantã (Central e Oeste), uma no Quadrilátero da Saúde e as duas restantes no *campus* de São Carlos e no *campus* de Ribeirão Preto. Ao todo, elas atendem 580 crianças de até cinco anos de idade. No caso das creches do interior, chegou-se a fazer o anúncio da abertura das vagas e da matrícula das crianças, mas em 27/1 a SAS informou aos pais que não poderiam ser atendidos. A demora do comunicado inviabilizou que os interessados procurassem vagas nas creches municipais das regiões de São Carlos e Ribeirão Preto, uma vez que os prazos já haviam expirado.

Em 10/2, um “abraço coletivo” em torno da creche Carochinha, da USP de Ribeirão Preto, contou com cerca de 50 pessoas, segundo a Associação de Pais e Funcionários (APEF). Os organizadores do protesto buscaram demonstrar a importância da creche, tida como referência na educação infantil, e exigir vagas para as crianças excluídas pela SAS.

Em 11/2, no *campus* Butantã, foi convocado o bloco carnavalesco “Oh abre vagas! Que eu quero entrar!”; em 25/2, pais e crianças ocuparam a entrada da Reitoria; em 3/3 realizaram novo protesto na entrada do Conselho Universitário (Co), que ficou repleta de crianças. Em carta protocolada na SAS, a APEF afirma: “Deixamos clara a nossa indignação com a decisão de não incluir novas crianças nas creches em 2015, decisão essa que desrespeita tanto as famílias que participaram do processo de seleção como os funcionários das creches, que planejaram as atividades sem serem consultados e nem sequer informados acerca do não ingresso”.



Protesto realizado diante do Conselho Universitário em 3/3

Assim que o resultado do PIDV foi divulgado, as gestões das creches elaboraram planos contingenciais de atendimento, para adequar o quadro de funcionários reduzido à demanda, conforme a situação enfrentada por cada uma delas. Ainda segundo a APEF, a gestão da Creche Central, por exemplo, afirma ter condições de receber novas crianças. Esse planejamento foi apresentado ao superintendente de Assistência Social, Waldyr Antonio Jorge, em reunião realizada com a APEF e representantes do Sintusp em 5/2, mas a SAS manteve-se irredutível e continuou a impedir a abertura das vagas. A posição da SAS foi reiterada em nova reunião realizada em 2/3.

Moções de apoio. Diante da situação, a Congregação da Faculdade de Educação (FEUSP) aprovou em 26/2 moção de apoio às creches, encaminhada ao reitor M.A. Zago e ao superintendente W.A. Jorge. “A existência desses espaços na Universidade evidencia a valorização dessa etapa da escolarização como um direito das crianças e de seus pais e mães, professores e professores, funcionários e estudantes da Universidade de São Paulo”, afirma a moção da FE, destacando ainda que as creches representam “uma das mais relevantes ações de permanência estudantil a alunos e alunas da Graduação e Pós-Graduação”.

A moção também enfatiza a importância das creches como campo de investigação para as pesquisas desenvolvidas na pós-

graduação da FEUSP, como referências de educação infantil e de espaço de formação para professores e demais profissionais, evidenciando que a “medida ocasionará lacunas no desenvolvimento dos processos educativos nessas Unidades de Educação Infantil”.

O texto encerra-se com uma firme advertência à administração central: “A Faculdade de Educação, por meio de sua Congregação, expressa sua profunda preocupação com as medidas recentes e solicita a reabertura imediata das vagas para o devido acolhimento das crianças que a elas têm direito e a contratação de novos funcionários para que se mantenha o trabalho de excelência realizado nas Creches/Pré-Escolas, em consonância com que é preconizado pela Universidade de São Paulo”.

Também o Instituto de Psicologia (IPUSP) pediu a “imediata revogação” da medida da SAS: “O trabalho de excelência desenvolvido pelas creches tem amplo reconhecimento e repercussão em todo o território nacional, o que fica evidenciado pelo projeto de visitas ao longo de todo o ano, por décadas, de inúmeras redes de educação pública, que trazem seus coordenadores e professores para conhecer e aprender com a experiência das nossas creches. Este é um trabalho de extensão universitária, consistente e de longo prazo, que vem contribuindo significativamente para o avanço da qualidade da Educação Infantil em nosso país. Vale destacar a importância da Educação Infantil em

relação à diminuição dos índices de evasão no Ensino Fundamental, já enfatizada no Plano Nacional de Educação de 2000. Lembremos que o compromisso com a melhoria da Educação Básica foi assumido pela USP desde a sua fundação”.

As creches da USP, assinala a moção do IP, “são pioneiras na consideração da subjetividade nos processos educacionais, e por esse motivo mantêm, desde a sua fundação, psicólogos em seu quadro funcional, em cada unidade e na equipe de supervisão”, os quais “sempre atuaram a partir de uma visão sobre a constituição do sujeito e da subjetividade, levando em conta o ambiente cultural e social, e evitando a atuação clínica ou psicologizante”.

O documento critica, indiretamente, a falta de sensibilidade dos gestores da USP no episódio: “Não podemos permitir que a lógica econômica associada ao PIDV prevaleça como elemento decisivo em relação à vida das creches da Universidade de São Paulo”.

A diretoria da Adusp considera “estranha” a “explicação” oferecida por SAS e Reitoria para esse episódio. “Final de contas, uma vez que a Reitoria é a autora do PIDV, não deveria se surpreender com os riscos embutidos nesse programa para áreas sensíveis que já vinham experimentando carência de pessoal, como aquelas geridas pela SAS”, afirmou o professor César Minto, vice-presidente da Adusp. “É inadmissível, portanto, que ela se limite agora a lavar as mãos, como se nada tivesse com o assunto”.

Ivane Sousa/Sintusp

Adusp desliga-se do Fórum Estadual de Educação

No dia 26/2/15 pela manhã realizou-se, na Assembleia Legislativa (Alesp), audiência pública patrocinada pela Comissão Permanente de Educação da casa e conduzida pelo presidente desta Comissão, deputado Carlos Neder (PT). A Adusp, representada pelo professor Francisco Miraglia, participou da mesa, juntamente com representantes do Fórum Estadual de Educação (FEE-SP), Apeoesp, Sinteps, CPP e UNE, bem como representantes da Secretaria estadual e de secretarias municipais de Educação.

As intervenções da mesa, com exceção da Adusp, defenderam, ainda que com algumas críticas, o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE) em curso, que está essencialmente sob controle do governo estadual. Além disso, nestas intervenções, muito pouco do conteúdo do PEE em si foi apresentado ou debatido.

A intervenção da Adusp, tanto da mesa quanto do plenário, onde se deu por intermédio do professor Otaviano Helene (IF), registrou que nossas iniciativas deveriam pautar-se pelo Plano Estadual de Educação-Proposta da Sociedade Paulista, que ainda tramita na Alesp como projeto de lei 1.074/03 e contém análises estruturais que permanecem válidas até hoje. Se, por um lado, é necessário adequá-lo para enfrentar os retrocessos na educação pública no últimos 12 anos, por outro lado não é possível “fazer de conta” que não contribuímos com ideias e propostas para efetuar tanto a urgente expansão quanto o necessário aprimoramento da qualidade da educação pública e gratuita em todos os níveis, ao mesmo tempo aumentando o controle da qualidade do ensino ministrado pelo setor privado.

A questão do financiamento é central: não é possível reverter o atraso educacional em São Paulo, mais grave do que em outros estados, empregando na Educação Básica, em valores de 2013, R\$ 250 por estudante por mês. Além disso, estaria o governo disposto a rever o artigo 26 da lei que cria o SP-PREV, que permite ao Executivo incluir na parcela de 30% da arrecadação de impostos destinada à Educação o pagamento dos aposentados da Educação Pública?



Daniel Garcia

Audiência Pública de 26/2 na Alesp

Não houve resposta a essas perguntas por parte dos “entusiastas” do atual processo de formulação de um PEE-SP ali presentes.

Adusp sai do FEE-SP.

Após análise criteriosa, a Adusp decidiu desligar-se do FEE-SP. A participação na audiência pública do dia 26/3/15 só reforça o acerto desta deliberação.

A Adusp possui ampla história de luta em defesa da escola pública, em especial do ensino superior público, tanto paulista como nacional. Tem dedicado muita atenção à educação básica pública, paulista e nacional, pois reconhece nesta etapa educativa a raiz da formação humana, social, cultural, política, ética, de valores, atitudes e conhecimento necessários para a construção de uma vida digna e a ampliação da cidadania. Entre outras contribuições, destacamos:

- Propostas educacionais nos processos constituintes, nacional (1987-1988) e estadual (1988-1989), e na elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, anos 1990);
- Participação ativa na construção do Plano Nacional de Educação-Proposta da Sociedade Brasileira, que introduziu o conceito de financiamento da educação baseado em percentual do PIB, raiz da luta em defesa de 10% do PIB nacional para a educação pública;
- Participação ativa da construção do Plano Estadual de Educação-Proposta da Sociedade Paulista, transformado no PL 1.704/2003, em tramitação na Alesp (<http://goo.gl/M7U1bA>).

Na “reconfiguração” do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP-SP) para FEE-SP, criado como fórum oficial em 8/2/2013, a Adusp optou por participar logo no

início de 2013. Desde seu ingresso, fez várias propostas, inclusive a de manifestação do FEE-SP contra o adiamento da Conae-2014, de fevereiro para novembro de 2014; na Comissão de Sistematização do FEE-SP propôs uma Carta de Princípios (que deveria orientar o trabalho do FEE-SP e o conteúdo do PEE-SP) e apresentou um diagnóstico sobre financiamento da educação — ambos recusados pela plenária do Fórum em diferentes momentos.

Razões. Ao longo de nossa participação no FEE-SP, ficaram claras divergências em relação aos rumos do FEE-SP, em especial em 2014, depois da aprovação da PNE em junho e da Conae em novembro.

Entendemos que os prazos e os métodos adotados pelo FEE-SP não permitem a efetiva defesa da escola pública e do processo de construção democrática de uma proposta de PEE-SP. Ainda que o PNE tenha estabelecido prazos para elaboração dos planos estaduais e municipais, há um enorme acodamento na elaboração do PEE-SP.

A maior contribuição social na construção democrática de planos de educação reside no debate, na participação, no esclarecimento, na denúncia e na organização de amplos setores sociais interessados na educação pública, nos seus dois níveis e em todas as suas modalidades.

É inadequada a opção feita pelo FEE-SP de elaboração do PEE até fim de fevereiro para apresentá-lo à Alesp em maio de 2015, por meio de metodologia bastante obscura e que impede uma participação mais democrática. Em São Paulo, onde as forças conservadoras e privatistas possuem ampla influência no mercado educacional e nas instâncias de governo, é impossível ignorar a necessidade

de enfrentamento político, um aspecto que não tem tido a imprescindível atenção do FEE-SP.

A cada dia, cresce a ampliação de recursos para o setor privado, na educação superior e na educação infantil; a terceirização dos serviços no setor público; a ocorrência de relações pouco transparentes entre as administrações públicas e o setor privado; a precarização da oferta e da manutenção da educação pública, sacrificando sua

qualidade; o uso indiscriminado do Ensino à Distância (EàD); as políticas de avaliação externa, a diminuição/insuficiência de recursos financeiros para a educação pública, a superlotação das salas de aula, o desrespeito do Executivo à lei do Piso Nacional dos Professores da Educação Básica (Lei nº 11.738, de 16/7/2008).

A construção do PEE-SP, portanto, deveria/deve ser uma grande oportunidade para tratarmos dessas questões, exigindo um prazo maior para a sua elaboração e a adoção de uma metodologia democrática, que garanta um amplo processo de discussão. Essa foi e é a maneira como sempre trabalhamos.

Porém, o FEE-SP estabeleceu que a definição de sua proposta de PEE-SP dar-se-ia na reunião de 24/2, após o que ela seria encaminhada para uma “Instância Especial da SEE” (a palavra final é do Executivo?), que a validaria até 25/3, sendo em seguida submetida a “consulta pública” (de que forma?) de 25/3 a 24/4, e enviada à Alesp até 25/5 deste ano. Tudo isso sob a alegação de cumprir o prazo estabelecido no Plano Nacional de Educação.

A quem interessa essa pressa e sistemática? Não seria intencional adotar uma prática de desarticulação proposital, com a aparência de organização?

Em vista do exposto, não há como continuarmos participando do FEE-SP, tendo enviado à sua coordenação o comunicado do nosso desligamento.

Evidentemente, permaneceremos na luta em defesa da escola pública. E caso outras entidades, movimentos e organizações tenham a mesma avaliação crítica aqui explicitada, por certo o diálogo se encarregará de construir alternativas de atuação conjunta.

Co ignora petição e deixa HRAC fora da pauta

A reunião de 3/3 do Conselho Universitário (Co) foi iniciada com a manifestação do reitor M.A. Zago, que leu trechos do documento de fundação da USP em 1934, reafirmando a sua atualidade. Em seguida apresentou um balanço de seu primeiro ano de gestão, salientando suas ações no sentido de promover “democratização” (sic) e “transparência” (sic). A EACH foi citada a respeito da interdição. O reitor apresentou na sequência uma avaliação (pesimista) das perspectivas financeiras da universidade e reafirmou a necessidade de cortes de despesas. Concluiu comentando o Plano de Metas para 2015.

A seguir falou o vice-reitor V. Agopyan a respeito do PIDV que teve a adesão prevista, segundo ele, e cujo custo atual seria de cerca de R\$ 300 milhões (abaixo, portanto, da previsão original de R\$ 400 milhões). Depois manifestou-se o presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP),

professor Adalberto Fischmann, que anunciou revisão no orçamento em função de quedas na receita e alta da inflação. Revisões de acompanhamento da economia foram anunciadas para abril e outubro deste ano, para debater eventuais reajustes.

Seguiram-se votações para completar a composição das comissões estatutárias do Co: Comissão de Legislação e Recursos (CLR), COP, Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), Comissão de Ética e Conselho Superior da Fapesp.

Na parte seguinte da reunião, na qual os conselheiros podem inscrever-se para falar, manifestaram-se diversos membros do Co, entre os quais os representantes da EEL, que reclamou da falta de docentes, e da FMRP, que pediu maior transparência e participação no Plano de Metas para 2015.

Creches e desmonte.

Bruno Rocha, representante dos funcionários técnico-administrati-

vos, criticou o cancelamento de matrículas nas creches da USP, supostamente motivado por falta de pessoal, como também ocorreu em bandejões e no HU, no que chamou de “processo de desmonte e privatização da universidade”. Criticou, ainda, a não inclusão do tema da desvinculação do HRAC na pauta do Co, apesar de petição assinada por 26 membros.

Em seguida, o professor Luiz Menna-Barreto, representante da Congregação da EACH, também pronunciou-se sobre o HRAC, pontuando a contradição expressa em manifestações públicas do governador, nas quais se manifestou contrário à transferência tanto do HRAC como do HU para o Estado.

O representante dos professores doutores, professor José Renato Araújo, foi outro que protestou contra a negativa de inclusão do tema do HRAC na pauta, além de comentar a situação nas creches e o fato de ser um único representante para mais de 3 mil doutores.

As três manifestações a respeito do HRAC foram ignoradas pelo reitor e demais integrantes da Reitoria, que não se dignaram a respondê-las.

A seguir, representantes discentes e representantes dos funcionários técnico-administrativos reafirmaram insatisfação com a situação nas creches e comentaram a ocupação da Incubadora na EACH. Contudo, uma das representantes discentes que havia se inscrito para falar foi simplesmente impedida pelo reitor, que suspendeu a sessão por cinco minutos. A estudante, então, decidiu ler uma carta a respeito da ocupação da Incubadora para o plenário relativamente esvaziado, sendo contestada pela diretora da EACH, sempre nesse intervalo de cinco minutos.

“Foi uma situação constrangedora que ilustra o clima no Co quando se trata de avaliar ou debater reivindicações de estudantes e servidores”, segundo avaliou depois o professor Menna Barreto.

Progressão Horizontal: o vale-tudo para que o Co não decida...

Em 20/1, após mais um ano de tramitação na administração central, retornaram ao Instituto de Geociências (IGc), para ciência dos interessados, os professores Ciro Correia e Denise Bacci, os processos encaminhados à Reitoria em fev./14, solicitando ao reitor que levasse para apreciação do Conselho Universitário (Co) as contraposições feitas aos abusos praticados pela Comissão Setorial de Avaliação (CAS) e pela Comissão Central de Avaliação (CCAD). O caso foi relatado pelo *Informativo Adusp* nas edições 360 (<http://goo.gl/tSCLBG>) e 368 (<http://goo.gl/dkYo3z>).

Diante da negativa do que foi solicitado por parte da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) e sem que o reitor tenha se manifestado a respeito, Ciro Correia protocolou no IGc, em 5/3, seu “Termo de Ciência” do despacho da CLR no Processo 2011.1.944.44.3.

No caso do professor Ciro a contenda diz respeito à decisão da CAS, homologada pela CCAD, que rejeitou a progressão horizontal por ele requerida, de Professor Associado I para Professor Associado III (vide <http://goo.gl/dkYo3z>). A CCAD homologou a rejeição feita pela CAS apesar dos pareceres favoráveis dos avaliadores originais e

da recomendação da Congregação do IGc (<http://goo.gl/zFC021>).

O pedido do docente ao reitor era que a matéria fosse apreciada pelo Co enquanto “direito de petição”, permitindo que a instância máxima de recurso, conforme o ordenamento regimental e estatutário, pudesse revisar a decisão da CCAD face às irregularidades e ilegalidades demonstradas.

Empurra-empurra. Os últimos lances do processo retratam um verdadeiro jogo de “empurra-empurra” para evitar que seja o reitor a decidir a respeito, que tem poderes para fazê-lo, ainda que em oposição a um parecer da PG ou ao entendimento da CLR e, também, para evitar que a matéria chegue ao Co, expondo todas as incongruências da sistemática de progressão horizontal implantada nos termos da Resolução 5.927/11. O que sucedeu:

1. Em 16/5/14, mais de três meses após a solicitação feita ao reitor, o secretário geral, professor Ignacio Poveda, despacha os autos ao professor Sérgio Adorno, membro da CLR, para que se incumba de relatar, solicitando que “o pare-

cer seja encaminhado à Secretaria Geral (SG) até o dia 28/5/14”;

2. Somente em 10/6/14 o professor Adorno sugere “encaminhar os autos à PG para examinar quanto à admissibilidade do recurso dirigido ao Co”, o que é aprovado pela CLR em 17/6/14;

3. Ocorre que, em 17/7/13 a SG já havia feito esse mesmo encaminhamento à PG, a qual manifestou-se, no parecer PG.P. 3318/2013 de 23/9/13, no sentido de que, nos termos da Resolução 5927/11, não caberia recurso ao Co!;

4. Nessa esteira, em 10/10/14 a PG exara “novo” parecer (PG USP P. 3365/2014), que ratifica o anterior;

5. Em 15/1/15, o novo relator da CLR, professor Rogério Cruz e Tucci, acolhe o “novo” parecer da PG e manifesta-se pelo não-conhecimento do “recurso administrativo” — registre-se, o que agora estava em pauta era uma solicitação ao reitor, como direito de petição e não de recurso, para que diante de manifestação anterior de ordem similar decidisse a respeito;

6. Em 11/2/15, a CLR aprova a manifestação do relator e o processo chega ao IGc em 20/1 para novo termo de ciência do interessado.

Burocracia. No “Termo de Ciência” protocolado no IGc, Ciro declara que não se deixará “vencer pelo cansaço”, como deseja a burocracia da USP, e esclarece que o documento pretende ser um “registro público para conhecimento da comunidade universitária e do conjunto da administração, no intuito de contribuir, no que possa ser útil, com todos os que laboram para varrer da USP procedimentos como os aqui relatados, que antes se prestam a exercer domínio e controle sobre o corpo da universidade, do que a alcançar o alegado objetivo de critérios de mérito que balizem qualquer das etapas de progressão na carreira”.

O professor, que é presidente da Adusp, encerra deixando claro que, diante de todas as irregularidades do processo e das manobras para evitar que o Co tenha oportunidade de se pronunciar sobre a matéria, a partir de agora reserva-se o direito de “recorrer ao Poder Judiciário na busca por reparação da injustiça apontada, até aqui não sanada no âmbito da administração central desta universidade”. Confira aqui a íntegra do “Termo de Ciência”: <http://bit.ly/1GryZfN>.

Unesp expulsa 17 estudantes e suspende 95

Nada menos do que 17 estudantes da Faculdade de Ciências e Letras, *campus* de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), foram expulsos em 29/1/15, por haverem participado de uma ocupação das dependências administrativas da FCL em 2014, no decorrer da greve conduzida pelo Fórum das Seis.

Eles reivindicavam ampliação das moradias estudantis, ampliação da bolsa-alimentação e protestavam contra a expulsão sumária de 38 estudantes dos alojamentos estudantis, por força policial. Face à negativa de diálogo por parte da diretoria da FCL, ocuparam as dependências administrativas daquela unidade, o que motivou a abertura de uma sindicância contra eles.

Os 17 foram desligados após procedimento disciplinar sumário, na qual a Reitoria valeu-se de dispositivos regimentais criados em 1976, em plena Ditadura Militar. Em 4/2, uma das estudantes expulsas pelo reitor Júlio Durigan obteve mandado de segurança que lhe permitiu realizar uma prova para concluir o curso, marcada para 5/2. Por outro lado, advogados apresentaram recurso ao reitor, para cancelar as expulsões. Durigan remeteu ao Conselho Universitário a decisão sobre o recurso. Enquanto isso, as expulsões estão suspensas.

O episódio é o mais grave na história recente das universidades públicas estaduais, suplantando a expulsão de seis alunos pela USP, na gestão de J.G. Rodas, em 2011,

três dos quais foram reintegrados por decisão judicial.

Moção de repúdio aprovada em 5/2 pelo Fórum das Seis assinala que o artigo 161 do Regimento da Unesp, “utilizado como base para esta e outras punições aos estudantes, como as 95 suspensões ocorridas no final de 2014, considera passíveis de punição atos como ‘perturbar os trabalhos escolares, as atividades científicas ou o bom funcionamento da administração’, ou ‘incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares a qualquer pretexto’, o que imediatamente nos remete ao Decreto-Lei 477, do período ditatorial”.

Outras moções de repúdio às expulsões foram divulgadas pelo Sintusp e pelo Comitê Paulista por Memória, Verdade e Justiça (CPMVJ). A Diretoria da Adusp juntou-se aos protestos contra essas expulsões, manifestação do conservadorismo das estruturas de poder das universidades públicas estaduais, avessas às liberdades democráticas.

“Concepções fabris”.

“No Estado de São Paulo, ao longo das últimas duas décadas, as sucessivas gestões reitorais da Universidade Estadual Paulista, a serviço do governo do Estado e dos interesses da classe dominante, impuseram ao conjunto da comunidade acadêmica uma política administrativa alicerçada em concepções de gestão institucional transpostas do universo produtivo, fabril e empresarial, para as esferas do ensino público superior e da produção do conhecimento

científico”, assinalou nota conjunta emitida pela Adunesp e pelo Sintunesp em 23/2. “Orientada no sentido de atender às demandas dos setores econômicos hegemônicos, em prejuízo do conjunto da população, essa administração atuou politicamente no sentido contrário à democratização dos processos decisórios”.

Os sindicatos lembram que o processo de expansão sem a contrapartida dos recursos adequados, o enxugamento do corpo de funcionários técnico-administrativos (-8,5%) e a insignificante ampliação do corpo docente (6,7%), frente à ampliação desproporcional do contingente de estudantes de graduação (84,9%) e de pós-graduação (168,3%), associados “às pressões produtivistas e à crescente burocratização do trabalho acadêmico”, representaram considerável ampliação do volume de trabalho e, “sobretudo, um entrave para o desenvolvimento do trabalho científico, gerando condições insalubres para os trabalhadores” da Unesp.

“A transposição de concepções fabris de avaliação de desempenho para o âmbito da atividade acadêmica teve repercussões desastrosas, tanto do ponto de vista do empobrecimento da qualidade do trabalho desempenhado no âmbito da vida acadêmica, quanto do ponto de vista da desvalorização profissional, resultando em inúmeros casos de rebaixamento dos regimes de trabalho de docentes e confisco salarial, a partir de critérios puramente quantitativos”, prossegue a nota.

“No bojo desse processo, a esca-

lada da repressão aos movimentos políticos representativos dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica da Unesp atingiu seu ponto culminante após a insurreção estudantil de 2013 e a derrota política imposta pelo movimento de trabalhadores grevistas ao Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), ao final do dissídio coletivo de 2014. Dentro desse contexto, sob o amparo de um texto regimental ultrapassado, instituído durante o regime militar, os recentes ataques desferidos pela Reitoria da Unesp contra participantes dos movimentos políticos, legitimamente representativos dos três segmentos constitutivos da comunidade acadêmica, reafirmam de forma irrefutável o caráter autoritário dessa gestão acadêmica”.

O documento conclama à luta pela superação do aparato regimental proveniente da Ditadura Militar, exigindo ainda da Unesp as seguintes medidas: “imediate suspensão dos processos de sindicância, abertos a partir de denúncia anônima, contra os servidores docentes e técnico-administrativos da Faculdade de Ciência e Tecnologia do *campus* de Presidente Prudente; a revogação das expulsões dos 17 estudantes da Faculdade de Ciências e Letras do *campus* de Araraquara; a anulação da suspensão por 60 dias dos 95 estudantes dos diferentes *campi*; a revogação do caráter punitivo da avaliação docente; e a anulação dos rebaixamentos dos regimes de trabalho de docentes perpetrados pela Comissão Permanente de Avaliação”.

A greve contra imposições do governador do Paraná

As universidades estaduais do Paraná estão ameaçadas de extinção por colapso do financiamento. Docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais Centro-Oeste (Unicentro), Oeste do Paraná (Unioeste), Londrina (UEL), Paraná (Unespar), Norte do Paraná (Uenp), Maringá (UEM) e Ponta Grossa (UEPG) decidiram no início de março, em assembleias, continuar a greve unificada das categorias por tempo indeterminado.

Na pauta de reivindicações: a retirada do projeto de reforma da previdência, que inclui a instituição da previdência complementar Paranáprevidência; pagamento imediato do 1/3 de

férias, que não foi pago a todos os servidores das universidades; e a retirada do projeto do governo de autonomia universitária, apresentado sem diálogo.

“É consenso entre os sindicatos, ligados ao Andes-SN, que não vamos aceitar uma discussão sobre autonomia via decreto”, apontou Mary Falcão, 2ª vice-presidente da Regional Sul do Andes-SN.

O movimento segue forte, com uma agenda de atividades na rua, dialogando com os demais setores do funcionalismo paranaense e com a sociedade. Várias outras categorias do serviço público paranaense estão em greve ou em atividades de mobilização.

Marcha. Em 25/2, mais de 30 mil servidores públicos saíram às ruas de Curitiba em protesto contra os ataques promovidos pelo governador Beto Richa (PSDB). No dia 10/2, manifestantes já haviam ocupado a Assembleia Legislativa e impedido a votação do “pacote” de Richa.

O comando estadual de greve dos professores da Educação Básica, ameaçados por uma decisão judicial favorável ao governo estadual, divulgou nota, em 5/3, avisando que a greve continua, conforme deliberação da assembleia realizada em 4/3. “Refutamos as tentativas de intimidação [que partem] do governo do Esta-

do”, declarou o comando de greve, que denunciou “direções de algumas escolas que insistem em pressionar os(as) trabalhadores(as) em retornar às escolas mesmo com a decisão de continuidade da greve”.

A APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná “realizará os devidos encaminhamentos jurídicos em defesa da categoria assim que for notificada”, diz a nota, acrescentando que a entidade “não foi notificada de qualquer decisão judicial e, portanto, continua válida a deliberação da assembleia da categoria de continuidade da greve por tempo indeterminado”.